



ORGANIZAÇÃO DAS ISC DA CPLP
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DIRETIVO
Lisboa, Portugal – 7 de outubro de 2011

No dia sete de outubro dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Tribunal de Contas de Portugal, em Lisboa, sob a Presidência do Juiz Conselheiro José Carlos Delgado, Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, realizou-se a Reunião do Conselho Diretivo da OISC/CPLP. Presentes os Ministros Valmir Campelo e Walton Alencar Rodrigues, pelo Tribunal de Contas da União e em representação da Secretaria-Geral da OISC/CPLP, o Juiz-Conselheiro Guilherme d'Oliveira Martins, Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, o Juiz-Conselheiro Carlos Morais Antunes, Vice-Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, e o Juiz-Conselheiro José F. F. Tavares, Diretor-Geral do Tribunal de Contas de Portugal. Presentes, ainda, os Técnicos Macleuler Costa Lima, do Tribunal de Contas da União do Brasil; Iolanda Fortes, do Tribunal de Contas de Cabo Verde; Eleonora Pais de Almeida e Conceição Ventura, do Tribunal de Contas de Portugal.

O Presidente da Reunião cedeu a palavra ao Presidente do TCP, que ofereceu palavras de boas-vindas aos participantes e agradeceu a presença de todos. Após isso, iniciaram-se os trabalhos conforme se segue:

1. II Seminário e comemoração dos 15 anos da OISC/CPLP - Dili, Timor-Leste (29 de junho a 1º de julho de 2011): notícia sobre o evento (Declaração de Dili).

O Presidente José Carlos Delgado concedeu a palavra à Secretaria-Geral para que procedesse à leitura de Nota Técnica sobre o evento (Anexo I). Concluída a leitura pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, os participantes manifestaram sua satisfação com os resultados advindos daquele Encontro. O vice-Presidente do TCP solicitou que fosse juntada à Nota Técnica da SG a Declaração de Dili, o que foi aceito.

2. Adesão da Câmara de Contas de Timor-Leste como membro da OISC/CPLP.

O Presidente José Carlos Delgado citou o art. 5º, § 1º, do Estatuto da OISC/CPLP, que versa o seguinte: “A Organização está também aberta ao ingresso da Instituição Suprema de Controle que venha a ser criada em Timor Leste”. A seguir, o Presidente do TCP apresentou a situação atual da lei de criação da Câmara de Contas timorense e submeteu ao Conselho Diretivo a proposta de que a ISC a ser criada em Timor-Leste seja aceita como membro pleno da OISC/CPLP durante a VII Assembleia Geral, observando-se sua similitude com a ISC de Moçambique. A referida proposta foi aprovada por todos.

3. Plano Estratégico (PET) 2011-2016 da organização. Discussão.

O projeto do PET 2011-2016 da OISC/CPLP, aprovado pela Equipe Técnica em reunião realizada nos dias 3 a 6 de outubro de 2011, foi submetido à apreciação dos Membros do Conselho Diretivo. Após a apresentação efetuada pela servidora Eleonora Pais de Almeida, do TC Portugal, os representantes das ISC do Conselho se manifestaram a respeito e aprovaram com apreço o Plano Estratégico 2011-2016 da OISC/CPLP e seu respectivo Plano de Ação (Anexo II) *ad*

referendum da VII Assembleia-Geral da Organização. Nesse sentido, o Presidente Guilherme d'Oliveira Martins sugeriu que o referido PET fosse remetido pela SG à Secretaria-Geral da Intosai, no que foi seguido por todos.

4. Anais da VI Assembleia-Geral da OISC/CPLP (cidade de São Tomé, 11 a 14 de outubro de 2010) – TC-Portugal (Centro de Estudos e Formação).

O Presidente José Carlos Delgado concedeu a palavra aos representantes do TC Portugal para dar notícia sobre o assunto. O Juiz-Conselheiro José F. F. Tavares, da ISC portuguesa, informou que os Anais da VI AG estarão disponíveis, inclusive em meio eletrônico, na internet, a todas as ISC. O documento foi distribuído aos Membros das delegações presentes na Reunião do Conselho Diretivo.

5. Relatórios de atividades do Centro de Estudos e Formação (TC Portugal) e da Secretaria-Geral da organização, abrangendo o período de Outubro de 2010 a Setembro de 2011.

Os representantes do TC Portugal e do TCU/Brasil procederam à leitura dos principais itens dos relatórios. Feito isso, o Presidente do TCP propôs a aprovação de VOTO DE LOUVOR à Secretaria-Geral pelo trabalho desenvolvido ao longo do último ano. Semelhantemente, o Ministro Walton Alencar Rodrigues também sugeriu fosse aprovado VOTO DE LOUVOR ao Centro de Estudos e Formação pela ação proativa em benefício da capacitação das ISC. Tais propostas foram aprovadas pelos Membros do Conselho e o Presidente José Carlos Delgado reafirmou sua satisfação com esses dois órgãos.

6. Auditoria realizada nas contas do Secretariado-Executivo da CPLP, exercício 2010, a cargo do Tribunal de Contas da União (assegurada a continuidade) e do Tribunal de Contas de Angola (segundo o critério da rotatividade).

O Ministro Walton Alencar Rodrigues deu notícia sobre os trabalhos da referida auditoria e a Nota Técnica sobre o assunto passa a compor o Anexo V desta Ata.

7. Escolha (caso solicitado em 2012) dos tribunais auditores das contas do Secretariado-Executivo da CPLP, atinentes ao ano de 2011.

Os participantes da Reunião confirmaram a manutenção do uso do princípio da continuidade e da rotatividade na escolha dos Tribunais Auditores às Contas do Secretariado-Executivo da CPLP. Dessa forma, o Conselho Diretivo decidiu submeter à apreciação da VII Assembleia-Geral da Organização, em 2012, a proposta de que o TC-Angola (critério da continuidade) e o TA-Moçambique (pela rotatividade), sejam as ISC auditoras, caso solicitado em 2012.

8. Constituição de equipe técnica para elaborar proposta de reformulação da metodologia de trabalho para a auditoria às contas da CPLP.

O Ministro Walton Alencar Rodrigues apresentou proposta da Secretaria-Geral no sentido de que, tendo em vista a necessidade de constante aprimoramento das ações levadas a cabo pela Organização, fosse constituída uma Comissão composta por representantes das ISC do Brasil, Cabo Verde e Portugal (atuais integrantes do Conselho Diretivo) com a incumbência de, sob a coordenação da Secretaria-Geral, elaborar Anteprojeto de metodologia de trabalho para as auditorias anuais solicitadas pela CPLP. A proposta foi aceita e o TCP sugeriu que a referida Comissão abordasse também o acompanhamento das recomendações.



9. Fórum de Tribunais de contas no âmbito da INTOSAI. Interpretação simultânea no XXI INCOSAI, Pequim, China (2013).

O Presidente José Carlos Delgado solicitou à Secretaria-Geral que lesse Nota Técnica (Anexo VI) sobre o assunto. Da leitura efetuada, destacou-se o fato de o INCOSAI 2010 ter contado, pela primeira vez, com interpretação simultânea para a língua portuguesa, e a necessidade de se continuar a fazer gestões no sentido de que tal prática se repita no próximo INCOSAI, a realizar-se em Pequim, China, em 2013. O Presidente Guilherme d'Oliveira Martins propôs ainda que fossem definidas estratégias de intervenção em língua portuguesa nos fóruns internacionais, nomeadamente no próximo Incosai. Dessa forma, as intervenções devem ser feitas em língua portuguesa, providenciando-se a entrega atempada de uma versão numa das línguas oficiais. De outra parte, o Ministro Valmir Campelo reconheceu o importante papel do Conselheiro José Tavares nas diligências efetuadas junto à Intosai para o reconhecimento do português como uma de suas línguas, no Congresso de Budapeste, em 2004. Além disso, o Presidente do TCP solicitou o alto patrocínio do TCCV no sentido de efetuar diligências junto da Afrosai no sentido de aprofundar as relações com a Eurosai, atualmente presidida pelo TCP. As propostas foram aceitas.

10. VII Assembleia-Geral, Cabo Verde (2012).

O Presidente do TC-Cabo Verde informou que a VII AG será realizada naquele país em maio ou julho de 2012. Para tanto, consultará as ISC a esse respeito por intermédio da Secretaria-Geral. Ademais, ponderou a hipótese de solicitar ao Conselho Diretivo a utilização de recursos da OISC/CPLP para o financiamento da próxima AG. Assim, o TCCV contactará a SG para o efeito.

11. Outros assuntos.

O TCP sugeriu a aprovação de VOTO DE LOUVOR ao TCCV pela condução desta reunião, no que foi seguido pelos demais participantes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente José Carlos Delgado deu por concluídas as atividades e declarou encerrada a Reunião. De tudo eu, Macleuler Costa Lima, Assessor da Secretaria-Geral da OISC/CPLP, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente desta Reunião, pelos Membros do Conselho Diretivo e pelos representantes do Secretário-Geral da Organização.

Juiz-Conselheiro JOSÉ CARLOS DELGADO
Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde



Ministro VALMIR CAMPELO
Tribunal de Contas da União (Brasil), em representação do Secretário-Geral da OISC/CPLP

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
Tribunal de Contas da União (Brasil), em representação do Secretário-Geral da OISC/CPLP

Juiz-Conselheiro GUILHERME d'OLIVEIRA MARTINS
Presidente do Tribunal de Contas de Portugal

Juiz-Conselheiro JOSÉ F. F. TAVARES
Diretor-Geral do Tribunal de Contas de Portugal



ANEXO I

II SEMINÁRIO E COMEMORAÇÃO DOS 15 ANOS DA OISC/CPLP - DILI, TIMOR-LESTE (29 DE JUNHO A 1º DE JULHO DE 2011): NOTÍCIA SOBRE O EVENTO (DECLARAÇÃO DE DILI).

Excelentíssimo Senhor Juiz-Conselheiro José Carlos Delgado, Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Excelentíssimos Senhores Presidentes, Conselheiros e Ministros de Tribunais de Contas lusófonos aqui presentes.

Com satisfação, apresento-lhes notícia sobre o II Seminário e a celebração dos 15 anos da OISC/CPLP, realizados pelo Supremo Tribunal de Recurso de Timor-Leste, na capital daquele país, de 29 de junho a 1º de julho último.

A solenidade comemorativa do 15º aniversário da OISC/CPLP contou com a presença de titulares e técnicos das ISC de Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e do Timor-Leste. A efeméride foi prestigiada, também, pelo Primeiro-Ministro timorense, o Excelentíssimo Senhor Xanana Gusmão, e autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário locais.

Na ocasião, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, do TCU/Brasil, teve a amabilidade de, representando esta Secretaria-Geral, ler Comunicação sobre as atividades de cooperação e intercâmbio técnico, científico e cultural desenvolvidas entre as ISC da CPLP, nos últimos quinze anos. O opúsculo contendo essa Comunicação foi posteriormente enviado a todos os Membros de Tribunais de Contas lusófonos.

A seguir, o Seminário discutiu estes dois temas: 1) O papel das Instituições Superiores de Controle num Estado de Direito, e 2) A importância da cooperação entre as ISC no desenvolvimento institucional e na capacitação técnica. Ao final dos debates, foi aprovada a Declaração de Dili, documento que consubstancia as principais conclusões e recomendações sobre os assuntos analisados.

Ainda durante o Seminário, as Delegações presentes foram informadas de que o Parlamento de Timor-Leste havia aprovado Lei criando a Câmara de Contas timorense, importante passo no sentido da institucionalização de uma Entidade Superior de Controle das finanças públicas daquele país e que permitirá a sua posterior admissão como membro pleno da OISC/CPLP.

Ministro LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA
Secretário-Geral da OISC/CPLP



DECLARAÇÃO DE DILI

As Instituições Superiores de Controlo (ISC) de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, enquanto membros da Organização das ISC (OISC) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e ainda o Tribunal de Recurso de Timor Leste, o Comissariado de Auditoria de Macau e a ATRICOM, reunidas em Dili, Timor-Leste, de 29 de junho a 1 de julho de 2011, no âmbito das comemorações do 15º aniversário e do II Seminário da OISC/CPLP, aprovam a presente Declaração, designada por DECLARAÇÃO DE DILI:

1. Manifestam o seu regozijo pela aprovação, na generalidade, pelo Parlamento de Timor Leste, da Lei que cria a Câmara de Contas de Timor, importante passo no sentido da institucionalização de uma Entidade Superior de Controlo das finanças públicas nacionais e que permitirá a sua ulterior admissão como membro, na OISC da CPLP.
2. Os Temas de discussão foram: I-*O PAPEL DAS ISC NUM ESTADO DE DIREITO* e II-*A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO ENTRE AS ISC NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E NA CAPACITAÇÃO TÉCNICA*.
3. Decidem aprovar as seguintes **CONCLUSÕES** e **RECOMENDAÇÕES**:

TEMA I: O PAPEL DAS ISC NUM ESTADO DE DIREITO

Conclusões:

1. As Instituições Superiores de Controlo são indissociáveis do conceito de Estado de Direito, que assenta a sua legitimidade no facto dos seus representantes terem sido escolhidos e estarem ao serviço dos cidadãos;
2. Não há Estado de Direito sem prestação de contas, as quais devem obedecer aos princípios da transparência, do rigor e da integralidade;
3. As ISC devem ser o garante de que as contas apresentadas respeitam aqueles princípios.
4. As ISC só podem desempenhar cabalmente as atribuições que lhe são cometidas se gozarem de independência face a todos os outros órgãos de soberania;
5. A independência das ISC é-lhes assegurada pela consagração constitucional da sua existência, pelo autogoverno, pelo estatuto dos seus membros e pelo rigor técnico da sua atuação.

Recomendações:

Assim, as ISC devem:

1. Pugnar, permanentemente, pela sua independência;
2. Manter uma relação estreita com os respectivos Parlamentos, no sentido, não só de assegurar a sua independência, mas também de contribuir para um eficaz controlo das contas públicas;

3. Exercer um controlo da legalidade e da regularidade da arrecadação das receitas e das despesas públicas e da boa gestão financeira, avaliando os resultados obtidos na óptica da eficácia, da eficiência e da efetividade do dispêndio público;
4. Adotar mecanismos eficazes de controlo, actuando tempestivamente, de forma preventiva, concomitante ou sucessiva, de modo a garantir uma legal, regular e boa aplicação dos recursos públicos.

TEMA II: A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO ENTRE AS ISC NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E NA CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Conclusões:

1. A capacitação Institucional das ISC vai além da formação profissional, integrando também a moldura legal que as define e caracteriza, o desenvolvimento organizacional e a afectação dos meios necessários ao exercício eficiente e eficaz das suas atribuições;
2. A integração das ISC em organizações internacionais e a cooperação bilateral contribuem para afirmar o seu estatuto de independência e para reforçar o rigor técnico da sua actuação;
3. A cooperação sistemática existente nessas organizações multilaterais reduz os custos do intercâmbio e torna-os mais efectivos, sendo benéfica para todas as partes envolvidas no processo;
4. A atividade desenvolvida pela OISC/CPLP ao longo dos últimos 15 anos tem contribuído para a capacitação institucional das diferentes ISC que a integram.

Recomendações:

Assim, as ISC devem:

1. Potenciar o seu papel nas Organizações Internacionais de forma a acolherem benefícios para as próprias Instituições, disseminando as suas boas práticas;
2. Incluir, nos respectivos planos estratégicos, metas e objetivos voltados para a cooperação internacional, de maneira que as acções nesse campo sejam planeadas e estejam de acordo com as directrizes gerais da Instituição;
3. Celebrar acordos e desenvolver programas que fomentem projectos conjuntos, propiciando missões de trabalho e intercâmbio entre instituições congéneres;
4. A OISC/CPLP deve aprofundar o seu relacionamento com a IDI (INTOSAI), tendo em vista a possibilidade de criar e ou aproveitar os programas específicos desta organização que se ajustem às ISC suas associadas.



ANEXO II

Plano Estratégico (PET) 2011-2016 da OISC/CPLP
(ver publicação em separado)



ANEXO III

CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO

Relatório de atividades de cooperação

DEZEMBRO 2010/SETEMBRO DE 2011

Guilherme d'Oliveira Martins
Presidente do
Tribunal de Contas de Portugal



Relatório de atividades de cooperação

DEZEMBRO 2010/SETEMBRO DE 2011

Guilherme d'Oliveira Martins

Sumário:

I. NOTA INTRODUTÓRIA

II. AÇÕES REALIZADAS

- 1. Encontros e reuniões**
- 2. Cursos de formação, estágios e apoio técnico**
- 3. Publicações**

III. NOTA FINAL

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O Tribunal de Contas de Portugal, como sede do *Centro de Estudos e Formação das ISC da CPLP*, desenvolveu no mês de Dezembro de 2010 e no ano de 2011 (até à presente data) diversas acções de cooperação, nelas se incluindo cursos de formação, estágios, visitas e outras actividades, para além da elaboração de publicações. É neste âmbito que se elaborou o presente relatório de actividades.

II. AÇÕES REALIZADAS

1. Encontros e reuniões

- Na sequência da criação da Câmara de Contas de Timor – Leste e da estreita colaboração estabelecida com o Tribunal de Contas português, foi acordado que o Tribunal de Contas

organizará os cursos de formação inicial para ingresso na carreira de auditor da Câmara de Contas de Timor. Os cursos terão uma duração média de seis meses e serão divididos em módulos que têm como finalidade preparar os formandos para o exercício das funções de auditor;

- Visita à Câmara de Contas de Timor-Leste do Presidente e do Diretor geral do Tribunal de Contas português, de 10 a 15 de Março;
- Visita ao Tribunal de Contas de Portugal de uma delegação de Magistrados de Timor Leste (Abril);
- No âmbito do VIII Congresso da EUROSAI, realizado em Lisboa de 29 de Maio a 3 de Junho e no qual o Tribunal de Contas português assumiu a presidência deste organismo, estiveram presentes sete ISC dos países de CPLP;
- Colaboração na organização do II Seminário da OISC da CPLP e na comemoração dos seus 15 anos, que teve lugar em Díli, Timor-Leste, de 29 de Junho a 1 de Julho de 2011;
- Visita ao Tribunal de Contas de Portugal de 3 Conselheiros timorenses (27 de Junho de 2011);
- Visita de estudo ao Tribunal de Contas a ocorrer nos meses de Outubro e Novembro, de nove Juízes Conselheiros do Tribunal Administrativo de Moçambique;
- Visita de estudo ao Tribunal de Contas do Presidente e quatro Juízes Conselheiros do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau a ter lugar até ao final do corrente ano.

2. Cursos de Formação e Estágios

- a) Lecionação por dois técnicos do Tribunal de Contas do módulo de Direito Tributário, do curso à distância, que está a ser ministrado aos quadros do Tribunal de Contas de Angola (de Dezembro de 2010 a Março de 2011);
- b) Estágio, na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, por um período de seis meses, de um grupo de sete técnicos de Timor que irão integrar a futura Câmara de Contas de Timor (Junho a Dezembro).
O estágio tem uma carga horária total de 648 horas. A vertente teórica terá uma carga horária de 486 horas e a vertente prática de 162 horas;
- c) Apoio técnico do TCP ao TC de Cabo Verde no âmbito da avaliação do Plano Estratégico 2007-2010 e da preparação do novo Plano Estratégico 2011-2014;

- d) Frequência de diversos cursos de formação, na Direção Geral do Tribunal de Contas, por seis técnicos do Tribunal Administrativo de Moçambique (de Junho a Setembro);
- e) Frequência de diversos cursos de formação, na Direção Geral do Tribunal de Contas, por dezoito técnicos do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau (de Junho a Outubro);
- f) Estágio, na Direção Geral do Tribunal de Contas, de seis técnicos do Tribunal Administrativo de Moçambique, na área da biblioteca e arquivo e na secretaria do Tribunal (26 a 30 de Setembro);
- g) Estágio, na Direção Geral do Tribunal de Contas de um técnico do Tribunal de Contas de S. Tomé e Príncipe (Setembro);
- h) Formação, na Direção Geral do Tribunal de Contas, de dois técnicos do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau (de 19 a 23 de Setembro);
- i) Estágio no Tribunal de Contas de Portugal, a ter lugar no mês de Novembro, na área da fiscalização interna de contas, de seis técnicos do Tribunal Administrativo de Moçambique;
- j) Estágio no Tribunal de Contas de Portugal, a ter lugar no mês de Novembro, do Secretário-geral e de três diretores do Tribunal Administrativo de Moçambique na área de auditorias de gestão.

3. Publicações

- Preparação e edição da publicação sobre a VI Assembleia Geral da OISC da CPLP, que teve lugar em S. Tomé e Príncipe, de 11 a 14 de Outubro de 2010;
- *Programa de Formação para 2010 e 2011.*

III. NOTA FINAL

O presente Relatório descreve as acções principais que foram desenvolvidas, mas, naturalmente, deve ter-se em atenção a “cooperação invisível”, levada a cabo pelos Técnicos das ISC da CPLP nos múltiplos contactos que são estabelecidos, reforçando-se a rede de cooperação no âmbito da nossa Organização.

Lisboa, Setembro de 2011

Guilherme d’Oliveira Martins
(Presidente do Tribunal de Contas de Portugal)



ANEXO IV

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES COORDENADAS PELA SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Período: outubro de 2010 a setembro de 2011)

Ministro Luciano Brandão Alves de Souza
Secretário-Geral da OISC/CPLP

Brasília-DF, Brasil
Setembro de 2011

SUMÁRIO

I. PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DAS REUNIÕES DO CONSELHO DIRETIVO E A DELIBERATIVA REALIZADAS DURANTE A VI ASSEMBLEIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO, EM OUTUBRO DE 2010, EM SÃO TOMÉ, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	
II. PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS COM A REUNIÃO DO CONSELHO DIRECTIVO DE OUTUBRO DE 2011, EM LISBOA	
III. PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DO PLANO BIENAL DE CAPACITAÇÃO 2011-2012 .	
IV. AUDITORIAS ÀS CONTAS DO SECRETARIADO-EXECUTIVO DA CPLP	
V. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NO EXTERIOR	

Senhores Participantes da Reunião do Conselho Diretivo:

Em cumprimento ao Artigo 20º, parágrafo 3º, do Estatuto da nossa Organização, passo a apresentar a Vossas Excelências resumo das principais atividades desenvolvidas por esta Secretaria-Geral no período de outubro de 2010 até setembro de 2011.

I. PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DAS REUNIÕES DO CONSELHO DIRETIVO E DA DELIBERATIVA REALIZADAS DURANTE A VI ASSEMBLEIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO, EM OUTUBRO DE 2010, EM SÃO TOMÉ, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

1ª. Atas da Reunião do Conselho Diretivo e da Reunião Deliberativa e seu encaminhamento às Instituições Membros da Organização.

Em 21 de outubro de 2010 (Circular OISC/CPLP n.º 015), a Secretaria-Geral enviou às Instituições Membros da Organização cópia das Atas dessas Reuniões, devidamente assinadas pelo Presidente daquele Encontro, Juiz-Conselheiro Francisco Fortunato Pires, e pelo Secretário-Geral da OISC/CPLP.

2ª. Abertura de conta bancária da OISC/CPLP em Cabo Verde.

Em 18 de novembro de 2010 (Circular OISC/CPLP n.º 016), esta Secretaria encaminhou o Ofício nº ref. 104/GPTC/2010, de 15 de novembro daquele ano, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Juiz-Conselheiro José Carlos Delgado, dando notícia da abertura da conta bancária da Organização no Banco de Cabo Verde, viabilizando assim aos Tribunais Membros efetuarem o pagamento de suas respectivas cotas a partir do exercício financeiro de 2010.

3ª. Reunião da Equipe Técnica de Servidores designada para elaborar o Projeto do Plano Estratégico 2011-2016. Lisboa, Portugal, 3 a 5 de outubro de 2011.

Por decisão da VI Assembleia Geral da OISC/CPLP, a Equipe Técnica integrada por Servidores das ISC lusófonas se reunirá em outubro de 2011, antes da Reunião do Conselho Diretivo, a fim de elaborar Projeto do Plano Estratégico (PET) 2011-2016 da OISC/CPLP, a ser posteriormente submetido à apreciação do Conselho Diretivo, ainda em outubro de 2011, e da VII Assembleia-Geral da Organização, a realizar-se em 2012.

Nesse sentido, a fim de subsidiar os trabalhos do Conselho Diretivo e visando a viabilizar a preparação do Projeto do PET pela já mencionada Equipe Técnica, esta Secretaria-Geral solicitou a todas as ISC que encaminhassem, até 1º de março de 2011, sugestões de ações a serem inseridas



no novo Plano Estratégico da Organização (Circular OISC/CPLP nº 017, de 1º de dezembro de 2010).

Em 20 de julho de 2011 (Circular OISC/CPLP nº 006 e Ofícios OISC/CPLP nº 021, 022 e 023), este Secretariado, na qualidade de coordenador da execução do PET da OISC/CPLP, encaminhou convite aos Tribunais Membros para participarem da Reunião da citada Equipe Técnica, em Lisboa-Portugal, a se realizar de 3 a 5 de outubro de 2011

Recebidas as contribuições das ISC, estas foram compiladas por este Secretariado e a minuta do Projeto do PET 2011-2016 foi remetida ao todos componentes da Equipe Técnica em 12 de setembro de 2011, antes da realização da Encontro de Lisboa (Circular OISC/CPLP nº 009/2011).

II. PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS COM A REUNIÃO DO CONSELHO DIRETIVO DE OUTUBRO DE 2011, EM LISBOA

Pauta Preliminar da Reunião do Conselho Diretivo.

A Secretaria-Geral elaborou Pauta Preliminar para essa Reunião, encaminhando-a às Instituições integrantes do Conselho Diretivo, com vista à sua apreciação e colheita de sugestões de temas para discussão (Ofícios OISC/CPLP nº 021, 022 e 023, de 20 de julho de 2011).

III. PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DO PLANO BIENAL DE CAPACITAÇÃO 2011-2012

1ª. II Seminário e Comemoração dos 15 anos da OISC/CPLP, Dili, Timor-Leste.

De 29 de junho a 1º de julho de 2011, o Supremo Tribunal de Recurso de Timor-Leste sediou, em Dili, o II Seminário e as celebrações dos 15 anos da Organização. Os eventos contaram com a presença de titulares e técnicos das ISC de Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste, além do Primeiro-Ministro timorense, o Excelentíssimo Senhor Xanana Gusmão, e de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário locais.

Na ocasião, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, do TCU/Brasil, representou esta Secretaria-Geral e leu Comunicação sobre as atividades de cooperação e intercâmbio técnico, científico e cultural desenvolvidas entre as ISC da CPLP, nos últimos quinze anos. A publicação dessa Comunicação foi posteriormente enviada a todos os Membros de Tribunais de Contas lusófonos.

O II Seminário discutiu estes dois temas: 1) O papel das Instituições Superiores de Controle num Estado de Direito, e 2) A importância da cooperação entre as ISC no desenvolvimento institucional e na capacitação técnica. Ao final dos debates, foi aprovada a Declaração de Dili,



documento que consubstancia as principais conclusões e recomendações sobre os assuntos analisados.

Ainda durante o II Seminário, as Delegações presentes foram informadas de que o Parlamento de Timor-Leste havia aprovado Lei criando a Câmara de Contas timorense, importante passo no sentido da institucionalização de uma Entidade Superior de Controle das finanças públicas daquele país e que permitirá a sua posterior admissão como membro pleno da OISC/CPLP.

2ª. Visitas de Técnicos do Tribunal Administrativo de Moçambique ao TCU/Brasil.

1ª Visita

Atendendo a solicitação do Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique, Juiz-Conselheiro Machatine Paulo Munguambe (Ofício nº 112/GP/TA/2011, de 15 de junho de 2011), o Tribunal de Contas da União recebeu, nos dias 11 e 12 de julho de 2011, visita de estudos dos novos Diretores Nacionais do Tribunal Administrativo (TA) de Moçambique, Sílvio Cândido, Chefe de Gabinete da Presidência, José Maduela, Diretor de Planificação e Cooperação, Victor Guibunda, Diretor de Administração e Finanças e Joaquim Panguana, Diretor de Recursos Humanos.

Os dirigentes foram recepcionados pelo Secretário-Geral da Presidência do TCU, Cristiano Albuquerque, e ouviram palestras proferidas por servidores das seguintes unidades da ISC brasileira: Gabinete da Presidência, Assessoria de Relações Internacionais, Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas e Instituto Serzedello Corrêa. Após as exposições, houve uma interação maior entre o corpo técnico do TCU e da EFS moçambicana, ocasião propícia para a troca de experiências nas áreas de interesse dos funcionários do TA.

2ª Visita

Dando seguimento à cooperação entre as ISC brasileira e moçambicana, e em atenção à solicitação do Presidente Machatine Paulo Munguambe (Ofício nº 137 GP/TA/11, de 12 de julho de 2011), o TCU/Brasil realizou, de 9 a 11 de agosto de 2011, estágio para os servidores Célio Manuel Ndhimandhi e Aurélio Albino Magalhães. Esse intercâmbio compreendeu a troca de informações sobre as ações de inserção do TCU na comunidade global de controle externo, com destaque para a cooperação exercida na Intosai, Olacefs, EFSul e OISC/CPLP. Nesse sentido, a experiência brasileira no assunto poderá, eventualmente, servir de subsídio à reformulação da unidade de intercâmbio internacional do Tribunal Administrativo de Moçambique, ainda em curso.

3ª. Remessa, nas datas indicadas, de publicações editadas pelo Tribunal de Contas da União/Brasil, aos integrantes da Organização.

1. - Revista do Tribunal de Contas da União, nº 116 (março de 2011);
2. - Revista do Tribunal de Contas da União, nº 117 (março de 2011);
3. - Revista do Tribunal de Contas da União, nº 118 (março de 2011);

4. - Revista do Tribunal de Contas da União, nº 119 (março de 2011);
5. - Orientações para Conselheiros de Saúde (março de 2011);
6. - Manual de Auditoria Operacional (março de 2011);
7. - Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – 2009 (março de 2011);
8. - Novos passos em busca da modernização do controle externo (março de 2011);
9. 15 anos de criação da OISC/CPLP – Comunicação do Secretário-Geral (julho de 2011).

IV. AUDITORIAS ÀS CONTAS DO SECRETARIADO-EXECUTIVO DA CPLP

Exercício de 2010

A análise da execução financeira foi o objetivo da Auditoria dessas contas, particularmente as do Fundo Especial e as do Orçamento de Funcionamento, ambas referentes ao exercício de 2010.

A realização do trabalho atendeu solicitação do Secretário-Executivo da CPLP, Senhor Domingos Simões Pereira, dirigida ao titular desta Secretaria-Geral, tendo em vista já terem Tribunais da Organização auditado as contas da mesma Instituição, nos nove exercícios anteriores.

Dando continuidade ao programado, a Secretaria-Geral convidou o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas de Angola, em conformidade com decisão da VI Assembleia-Geral (São Tomé, outubro de 2010), para, em conjunto, auditarem as referidas contas. Aceito o convite, cada Tribunal indicou seus Representantes para integrarem a Equipa de Auditoria.

Ademais, à semelhança do acontecido em relação a exercícios anteriores, o Tribunal de Contas de Cabo Verde procedeu à auditoria às contas do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

O relatório da auditoria foi apreciado em julho último, pelo Conselho de Ministros da CPLP.

V. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NO EXTERIOR

1ª. VI Assembleia-Geral - Reunião do Conselho Directivo e Reunião Deliberativa – São Tomé, São Tomé e Príncipe, outubro de 2010.

Por designação do então Presidente do Tribunal de Contas da União, Senhor Ministro Ubiratan Aguiar, os servidores Valéria Cristina Gomes Ribeiro e Macleuler Costa Lima participaram da VI Assembleia-Geral da OISC/CPLP (Reunião do Conselho Directivo e Reunião Deliberativa), realizada de 11 a 14 de outubro de 2010, em São Tomé, São Tomé e Príncipe.

2ª. VIII Congresso da EUROSAI – Lisboa, Portugal, maio de 2011.



Atendendo a pedido deste Secretariado, o Senhor Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, representou-nos nas sessões do VIII Congresso da Eurosai, reunido em Lisboa, Portugal, de 30 de maio a 3 de junho de 2011.

3ª II Seminário da OISC/CPLP e celebração dos 15 anos da Organização – Dili, Timor-Leste, junho/julho de 2011.

Por solicitação do titular desta Secretaria-Geral, o Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União, representou o Órgão durante o II Seminário da OISC/CPLP e nas comemorações dos 15 anos da Organização, realizados em Dili, Timor-Leste, de 29 de junho a 1º de julho de 2011.

É esse, Senhor Presidente e demais participantes dessa Reunião, o Relatório que nos cumpre apresentar a Vossas Excelências relativo às atividades da Secretaria-Geral da OISC/CPLP no período acima indicado.

* * *

ANEXO V

AUDITORIA DAS CONTAS DO SECRETARIADO-EXECUTIVO DA CPLP E DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP)

Excelentíssimo Senhor Juiz-Conselheiro José Carlos Delgado, Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Excelentíssimos Senhores Presidentes, Conselheiros e Ministros de Tribunais de Contas aqui presentes.

Entre 26 de março e 8 de abril do corrente ano foi realizada auditoria das contas do Secretariado Executivo da CPLP relativas ao exercício financeiro de 2010. A fiscalização foi realizada mediante o exame presencial de documentos e entrevistas com funcionários, ocorridos na sede da Entidade, em Lisboa. A equipe de auditoria foi composta de dois auditores do Tribunal de Contas da União, do Brasil, e dois auditores do Tribunal de Contas de Angola.

O relatório foi elaborado nos dias subsequentes ao período de execução da auditoria e tratou preferencialmente questões relativas ao Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP, à execução dos recursos do Fundo Especial e à execução de recursos do Fundo de Saúde. Além da análise conclusiva, o relatório fez recomendações voltadas ao aprimoramento de procedimentos do órgão auditado.

A realização de auditorias de contas da CPLP por auditores de Tribunais de Contas dos países que integram a Comunidade vem ocorrendo desde 2002, por solicitação da Entidade encaminhada à OISC/CPLP. A composição das equipes de auditoria, em cada ano, obedece a um rodízio entre os sete Tribunais lusófonos, de modo que atuem auditores de dois deles e por períodos de dois anos consecutivos, de tal forma que a cada ano ocorra substituição de apenas um dos dois Tribunais atuantes.

No caso da auditoria deste ano, que examinou os atos de gestão do exercício de 2010, sua realização se deu em atendimento a solicitação formalizada pelo Diretor Geral da CPLP, Dr. Helder Vaz Lopes, em sua carta, CT/19/DG/CPLP/11, datada de 31 de janeiro último.

Especificamente quanto ao IILP, observa-se que, embora o Instituto tenha sido incluído na auditoria solicitada pela CPLP, acima mencionada, o Tribunal de Contas de Cabo Verde tem levado a cabo essa fiscalização em virtude de o referido Instituto estar sediado na Cidade da Praia. A designação do Tribunal de Contas de Cabo Verde foi devidamente formalizada no Ofício OISC/CPLP 013/2011, de 16 de março passado, encaminhado ao Secretário Executivo da CPLP, cuja aceitação pela CPLP foi registrada na sua carta Ref/NV/n. 113/SE/CPLP/11, de 21 de março de 2011.

Em 7 de junho último, o Secretário Geral da OISC/CPLP encaminhou o relatório completo da auditoria ao Secretariado da CPLP para conhecimento e contraditório da Comunidade. Em julho último, o Conselho de Ministros da CPLP apreciou os relatórios e aprovou resolução felicitando a OISC/CPLP pelos documentos apresentados.

Tribunal de Contas da União



ANEXO VI

FÓRUM DE TRIBUNAIS DE CONTAS NO ÂMBITO DA INTOSAI. INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA NO XXI INCOSAI, PEQUIM, CHINA (2013).

Excelentíssimo Senhor Juiz-Conselheiro José Carlos Delgado, Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Excelentíssimos Senhores Presidentes, Conselheiros e Ministros de Tribunais de Contas coirmãos aqui presentes.

Com satisfação, apresento-lhes o estágio atual de desenvolvimento da matéria em apreço:

Vale a pena relembrar que, havendo a OISC/CPLP satisfeito todos os requisitos necessários, conforme decisão de 16 e 17 de novembro de 2009 do Conselho Directivo da INTOSAI, em sua 59ª Reunião, na Cidade do Cabo (África do Sul), foi nossa Organização admitida como Membro Associado daquela Instituição (Circular OISC/CPLP nº 003/2010, de 19 de março). O certificado de adesão já está disponível para consulta no sítio da OISC/CPLP na internet (www.tribunaiscplp.gov.br).

Já em relação ao pedido de serviço de interpretação simultânea para a Língua Portuguesa no INCOSAI 2010, este Secretariado obteve resposta positiva da ISC sul-africana, que ofereceu as instalações físicas e os equipamentos necessários à realização desses serviços. O TCU/Brasil, por sua vez, enviou um intérprete para o Encontro da INTOSAI a fim de verter as principais palestras e exposições para o português. Isso sem dúvida se representa uma conquista significativa de nossa Organização e de toda a comunidade lusófona no sentido de firmar o português como idioma de trabalho da INTOSAI. Nossa expectativa é de que essa boa prática seja seguida e aprimorada no próximo INCOSAI, em 2013, na China.

Essas, Senhor Presidente e Senhores Conselheiros, nossas notícias sobre o assunto.

Ministro LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA
Secretário-Geral da OISC/CPLP